

Recorrência e evolução no capitalismo mundial os ciclos de acumulação de Giovanni Arrighi

Ocorre que cada um dos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação que fizeram a fortuna do Ocidente teve como premissa a formação de blocos territorialistas-capitalistas cada vez mais poderosos, compostos de organizações governamentais e empresariais dotadas de maior capacidade do que o bloco precedente para ampliar ou aprofundar o alcance espacial e funcional da economia mundial capitalista. A atual situação parece ser de tal ordem que esse processo evolutivo atingiu, ou está prestes a atingir, seus limites. (ARRIGHI, 1996, p. 369)

Os estudos de desenvolvimento em perspectiva mais abrangente, sistêmica ou mundial, sofreram um mais que evidente recuo no meio acadêmico brasileiro a partir dos anos 1980, movimento que até hoje não foi devidamente revertido. Independentemente das razões desse refluxo justamente em um campo onde a Ciência Social brasileira apresentava-se mais criativa e promissora, sendo referência inclusive para os centros acadêmicos mais prestigiosos do mundo – como nos casos das contribuições da escola Cepalina, da teoria da dependência e das análises do subimperialismo – o fato é que esse declínio coincidiu com o reconhecimento e expansão da perspectiva do sistema-mundo, uma proposta bastante original e promissora sobre o capitalismo mundial. Assim, por esse e outros motivos, essa estimulante abordagem interpretativa do desenvolvimento acabou por não ser devidamente conhecida e avaliada no meio acadêmico do país. Difundia-se e tornava-se mundialmente reconhecida justamente quando as preocupações

por aqui tomavam outras direções, orientadas para temas de cortes mais tópicos e circunstanciais que, com o tempo, acabaram por se mostrar pouco fecundos. Seja como for, somente com um bom atraso foi que, entre nós, a produção dos “sistema-mundistas” começou a ser comentada e, em menor proporção, conhecida.

Em tal situação, pareceu-me oportuno elaborar o presente trabalho, cujo principal propósito é o de analisar alguns aspectos relevantes da contribuição de Giovanni Arrighi para o estudo da política e da economia mundiais. Essa escolha se justifica pelo fato de Arrighi ser reconhecido como um dos representantes mais independentes, criativos e ousados de quantos tenham se envolvido com essa proposta teórico-metodológica de interpretação do capitalismo histórico. Além disso, pareceu-me também importante ressaltar, do conjunto dessas contribuições, aqueles aspectos mais importantes para alicerçar teórica e historicamente as análises de temporalidades mais curtas, as conjunturas da vida econômica e política globalmente consideradas.

Para tornar mais organizada a exposição de temas que muitas vezes se encontram dispersos e/ou entrelaçados nos artigos e livros analisados, os aspectos mais importantes que singularizam a contribuição de Arrighi no âmbito da perspectiva do sistema-mundo, sob a orientação adotada, foram agrupados a partir das seguintes proposições:

1- Os ciclos sistêmicos de acumulação são os processos que densificam e expandem de modo qualitativamente diferenciado a acumulação de capital em escala mundial;

2- O fim da hegemonia americana não significa necessariamente o estágio final do capitalismo como forma de organização político-econômica do sistema interestatal.

As seções seguintes ressaltarão aspectos relevantes de cada um desses tópicos e sublinharão as peculiaridades e recorrências a eles associados no esquema de reflexão desenvolvido por esse talentoso economista.

I

Um artigo publicado em 1972 com o título de “Una nuova crisi generale” e republicado em 1978 (ARRIGHI, 1978) pode ser identificado como

o núcleo originário do que viria a ser denominado de *ciclos sistêmicos de acumulação* (c.s.a.) no esquema interpretativo de Giovanni Arrighi sobre a evolução do capitalismo. Essa preocupação em adensar o estatuto teórico e empírico das crises no contexto do capitalismo mundial acabou por estimular o autor a elaborar um novo padrão de ciclo sistêmico que resultou na ampliação do campo investigativo dos estudos dos ciclos quando comparados aos Kondratieffs e aos ciclos seculares de Braudel.¹ Entretanto, se essa nova análise aprofundou-se no conteúdo tipicamente capitalista do objeto sob investigação acabou por deixar de lado tudo o que não o era. Isso não é pouco, teórica e empiricamente, especialmente quando se lembra da advertência de Wallerstein a esse respeito, que diz: “(...) quão central para o funcionamento do sistema-mundo capitalista é a liberdade parcial dos fatores de produção, a realização parcial da lei do valor. Esse fenômeno parcial é o capitalismo” (WALLERSTEIN, 1982, p. 24; tradução do autor). No entanto, essas limitações ou ao menos parte delas foram explicitamente reconhecidas por Arrighi quando afirmou que seu esquema analítico “(...) [D]eixa muita coisa de fora do campo visual ou mesmo na escuridão” (ARRIGHI, 1996, p. 25). Esse reconhecimento lembrava que sua preocupação estava dirigida para o conjunto de processos sem o qual o capitalismo seria impensável. Apresentava, portanto, um movimento invertido daquele ressaltado por Wallerstein porque deliberadamente abandonava a análise do todo (nas múltiplas relações do capital com outras formas de produção e a considerável diversidade de formas de extração de excedentes, entre outros temas relevantes) para concentrar-se no que entendia ser *stricto sensu* capitalista.

O principal suporte em que Arrighi se apoiou para dar início a seu plano investigativo foi a nada convencional posição de Braudel a respeito do capitalismo, entendido como a camada mais elevada de um todo composto por três níveis hierarquicamente estruturados e interligados: a vida material, a economia de mercado e o capitalismo ou o “antimercado”. Do mesmo modo que Braudel, Arrighi também não se interessou por investigar

¹ Os ciclos de Kondratieff (do economista russo N. D. Kondratieff) são movimentos de expansão e retração da atividade econômica – cada movimento com duração aproximada de 25 anos – identificados a partir das variações nos índices de preços no atacado, nos salários, juros e nos movimentos do comércio internacional. Os ciclos seculares de Braudel referem-se também a variações de expansão e declínio nos preços, só que cobrindo temporalidade muito mais longa, de centenas de anos. São também conhecidos como tendência secular. Para os Kondratieff, ver Kondratieff (1979, p. 519-562). Os ciclos seculares são comentados com mais detalhe em Braudel (1979, esp. p. 71 ss).

os modos como esses níveis se articulam, concentrando a atenção naquele plano superior, naqueles lugares e situações em que os “grandes predadores” interagem íntima e continuamente com o estado, locais onde Braudel ambientou o espaço sociopolítico do capitalismo. Com isso, ao excluir do campo de investigação tudo o que não era capitalismo, Arrighi deixou de lado os outros dois níveis de práticas socioeconômicas, o da vida material e o do mercado, além dos seus modos de inter-relacionarem-se. A esse respeito, é interessante notar que a desconsideração dos Kondratieffs e dos ciclos seculares braudelianos em favor dos seus c.s.a. obedeceu ao mesmo princípio de exclusão comentado anteriormente, porque esses ciclos não podem ser vistos como artefatos interpretativos exclusivamente dirigidos aos quadros teórico/conceituais típicos do capitalismo. Isso porque a mensuração e a identificação do comportamento dos preços, fundamentos desses ciclos, constituem compilações e avaliações de fenômenos intrinsecamente empíricos, que incluem preços formados em todos os ambientes socioeconômicos, capitalistas ou não (ARRIGHI, 1998).

Após essa lembrança de que seu objeto de estudo estaria limitado ao núcleo especificamente capitalista da vida econômica, o autor utiliza-se do fracionamento da famosa fórmula marxista MDM (mercadoria/dinheiro/mercadoria), vista agora em processo, como uma alternância de duas expansões: a expansão dinheiro/mercadoria (DM) e a mercadoria/ Δ dinheiro (MD') e que, cronologicamente associadas, compõem o que ele entende ser um c.s.a.² A rigor, o que aparece na realidade são dois movimentos em cada parte desse conjunto. O processo (DM) tem início com um período de expansão da produção de mercadorias e de investimentos produtivos que, após algum tempo, começa a experimentar crescentes pressões competitivas como resultado das dificuldades de realização da produção considerando a escala produtiva existente (restrições da oferta ou da demanda). Esse primeiro movimento, então, apresenta duas direções: uma expansiva de intenso crescimento dos investimentos e da produção e outra de desaceleração dos

² Ao referir-se a uma passagem de Braudel que enfatiza a adaptabilidade e não especialização, em uma palavra, ao ecletismo do capitalismo, Arrighi faz a seguinte afirmação: “Parece-me que... podem ser lidos como uma reafirmação da fórmula geral de Karl Marx para o capital: DMD'. O capital-dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D' representa a ampliação da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha” (ARRIGHI, 1996, p. 5).

investimentos, consequência do aumento daquelas pressões. Nesse último caso, em um contexto de excedente de capital-dinheiro, resultado dos destímulos sistêmicos para investir, surge o primeiro movimento da segunda fase dos c.s.a., ou o início de uma intensa fase de expansão financeira a atrair os excedentes de capital-dinheiro disponíveis na economia mundial (MD'). Essa fase vem invariavelmente associada à crescente demanda de recursos por parte dos estados nacionais para financiar conflitos gerados em boa medida por aquele ambiente de incertezas (interno e externo). O estreitamento desses vínculos políticos e econômicos (pressões competitivas e lutas pelo poder) promove a ascensão dos interesses da alta finança nos negócios do estado a ponto de efetivamente serem capazes de controlá-lo. Com o poder político controlado pelos interesses financeiro/especulativos, ocorre um surto nos negócios ancorado fundamentalmente na especulação financeira que se ocupará de promover soluções lucrativas para a massa de capital de outra forma ocioso. O ambiente crescentemente especulativo resultante dessa expansão pavimenta o caminho para uma fase de caos sistêmico que, nesse caso, significa a ocorrência concomitante de dissolvência econômica e de demolição da estrutura política escorada na estrutura do poder hegemônico mundial até então prevalecente.

Depois que os que sobreviveram ao período de tensões e conflitos generalizados iniciarem a busca de acordos e cooperação e que o capital aplicado no financiamento dessas guerras e na dissuasão das ameaças começar a apresentar consistentemente um retorno decrescente, um novo surto de crescimento finalmente terá início. Sob a liderança de uma nova associação de interesses empresariais e de uma nova conjunção de estados, comandados por quem estava apresentando uma resposta de expansão econômica de mais profundidade e abrangência, tem início os fundamentos de um novo período de expansão econômica e, em seguida, de hegemonia na economia mundial. Esse novo ciclo, entretanto, ultrapassa o anterior em escala e alcance, especialmente identificados pelos avanços demonstrados nas passagens de um ciclo de hegemonia para outro. Assim, Arrighi afirma que a organização do primeiro c.s.a., o ciclo genovês, fundou-se na oportunidade e habilidade genovesa de exportar os custos de proteção de seu ciclo expansivo para o império ibérico (Espanha), limitando-se a especializar-se nas atividades tipicamente econômicas. Por sua vez, o ciclo holandês pôde trazer para dentro de suas fronteiras esses custos de proteção, uma vez que havia avançado um

passo além quando comparados à organização e intermediação comercial de uma cidade-estado como Gênova. O período inglês avançou ainda mais ao incorporar, dentro de suas fronteiras, além dos custos de proteção antecipados pelos holandeses e dos tipicamente comerciais e financeiros, os custos de produção simbolizados pelo industrialismo. O período americano foi além ao internalizar em seus limites nacionais os custos de transação – vantagens da integração vertical posta em prática pelas organizações empresariais americanas a partir do final do século XIX –, em um primeiro momento, para em seguida universalizar essa inovação por toda a economia mundial. Em comparação com o desenho organizacional da indústria inglesa houve espetacular avanço na velocidade, corte de custos e previsibilidade contábil com esse novo modelo de organização produtiva acrescidos ainda de saltos de produtividade gerados pela gerência científica e pela introdução das linhas de montagem. A esse salto qualitativo deve-se também acrescentar a difusão da produção em massa para todos os continentes através da implantação de filiais das empresas americanas, as multinacionais, cujas gerências foram capazes, desse modo, de integrarem de maneira ainda mais completa toda a linha de insumo-produto de suas atividades produtivas.

Do que foi dito a respeito dos c.s.a., ao menos mais um aspecto necessita ser lembrado pela importância que assume como demarcador histórico-sistêmico de processos sociais e econômicos de temporalidade mais restrita, fundamentais para os estudos de conjunturas políticas e/ou econômicas. Estamos nos referindo às peculiaridades das fases identificadas em cada c.s.a., dos (1) *períodos de expansão produtiva* quando comparados com (2) *fases de intensa concorrência* e com as *belles époques* das (3) *temporadas de expansão financeira* ou com os (4) *tempos de caos sistêmicos*. São essas as fases identificáveis em cada c.s.a. Cada uma contém conjuntos especiais de particularidades que fomentam os propósitos e as expectativas dos interesses sociais nelas em florescência, do mesmo modo que reforçam ou inibem as posições dos agentes econômicos que sobreviveram às épocas de dificuldades. Além disso, embora cada c.s.a. contenha essas quatro fases, isso não significa repetição do ocorrido em ciclos pretéritos quanto aos processos, atores, instituições, intensidades ou mesmo direção dos movimentos. Conforme já mencionado, a passagem de um ciclo a outro significa bem mais que redistribuição geográfica de grupos empresariais, instituições e estados. Significa mudança qualitativa na abertura de novos espaços, novos métodos,

organizações e inovações institucionais estimuladoras de mais expansão e aprofundamento de oportunidades lucrativas na produção e no comércio. Resumindo, significa o início de um “círculo virtuoso” nos negócios a partir de bases superiores das que prevaleceram no ciclo anterior. Com isso, cada novo c.s.a. traz consigo novos interesses hegemônicos, interesses subordinados adaptados aos novos tempos, novas classes, frações, grupos, etnias, que vão compor os novos e/ou renovados movimentos sociais em busca de seus objetivos sociopolíticos. Com tal intensidade, os c.s.a. emergentes criam novos atores ao mesmo tempo em que são criados por esses mesmos novos atores que Arrighi se vale do auxílio de Henri Pirenne para reforçar seus argumentos, citação que vale a pena repetir:

(...) o grupo de capitalistas de uma dada época não surge do grupo capitalista da época precedente. A cada mudança da organização econômica, deparamos com uma quebra de continuidade. É como se os capitalistas ativos até aquele momento se reconhecessem incapazes de se adaptar às condições suscitadas por necessidades antes desconhecidas, e que requereriam métodos não empregados até então. Eles se retiram da luta e se transformam numa aristocracia, a qual, quando volta a desempenhar algum papel no curso dos acontecimentos, só o faz de maneira passiva, assumindo um papel de sócia silenciosa ... Em suma, não deve ser afirmada a permanência de uma classe capitalista através dos séculos, como resultado de um desenvolvimento contínuo e de uma modificação de si mesma para se ajustar a circunstâncias cambiantes. *Ao contrário, há tantas classes de capitalistas quantas são as épocas na história econômica.* (PIRENNE, Henri *apud* ARRIGHI, 1996, p. 89; ênfases minhas)

Essa oportuna referência vai ao ponto de afirmar que os capitalistas de uma época posterior não descendem dos que os precederam, conquanto sejam seus incontestados herdeiros. Em outras palavras, não apenas a classe capitalista não tem sido a mesma nas sucessivas fases por que passou o capitalismo histórico durante sua existência como a classe capitalista não é a principal responsável por essa continuidade. Em suma, não existe *a* classe capitalista. O que existe são *as* classes capitalistas, cada uma concretamente referida a um dado período histórico, embora, em todos os casos, *son raison d'être* permaneça continuamente sendo a busca incessante de lucro (acumulação). Com isso pode-se dizer que o fio condutor do capitalismo será sempre tecido pela comunidade capitalista vindoura, aquela inauguradora do novo c.s.a., a que faz avançar para degraus mais altos e amplos o proces-

so de expansão da acumulação de capital, aquela que torna o futuro real e, no processo, o esgota. Não há nada diferente aqui da posição elogiosa que Marx escolheu para saudar o advento da burguesia no Manifesto. Só que essa função expansionista repete-se em movimentos sucessivos e expansivos comandados por novas classes burguesas até um dado limite sociotemporal que, segundo as palavras do próprio Arrighi, pode não estar longe. Outra lembrança inevitável seria a de Schumpeter e de seu movimento recorrente de destruição criadora (*creative destruction*), que inaugura novos ciclos expansivos nos negócios após os repetidos períodos de depressão econômica e que também aponta para um limite sistêmico no longo prazo (SCHUMPETER, 1990; 1961).

Essa dimensão renovadora e expansionista dos c.s.a. e de seu principal agente, uma nova burguesia organizadora de novo projeto hegemônico, junto à identificação de fases virtuosas (construção de nova hegemonia e expansão econômica) e viciosas (aumento de pressões competitivas e caos sistêmico) acabam por fornecer um consistente instrumental analítico aos estudos conjunturais e às análises prospectivas da política e da economia. Isso porque a concepção dos c.s.a. ultrapassa os alcances estabelecidos pelos ciclos de Kondratieff e pelos ciclos seculares de Braudel, mesmo lembrando que Kondratieff esboçou uma associação dos seus ciclos com eventos de grande importância na política mundial, como guerras, revoluções e a incorporação de novos países à economia mundial (KONDRATIEFF, 1979, p. 539-540).

Apesar de o componente político estar presente em cada c.s.a., sua mais importante inovação não foi a de incluir conteúdo político aos movimentos rítmicos da economia-mundo capitalista, mas a de apresentar sistematicamente a continuada renovação da classe burguesa e as diferentes composições do bloco hegemônico em cada ciclo mundialmente considerado. A esse respeito, Silver e Slater (1999) tratam do tema com detalhe ao buscar mapear as bases sociais das hegemonias mundiais a partir da hegemonia holandesa no século XVII. Nesse trabalho, os autores começam por afirmar que a hegemonia holandesa reduziu a importância dos resíduos patrimoniais na Europa elevando como primeiros beneficiários da instalação de seu projeto econômico-político os grandes proprietários, especialmente de manufaturas e de minas. Os sócios menores desse quadro hegemônico foram os plantadores coloniais, mercadores, transportadores e financistas. No quadro da hegemonia inglesa, ascende ao nicho privilegiado da apropriação econômica e do poder uma burguesia vinculada

à produção, distribuição e transporte de produtos industriais. A composição interna dessa nova e transformada burguesia era basicamente formada por proprietários individuais e suas famílias. O ciclo norte-americano por sua vez introduziu o capitalismo das grandes corporações multinacionais e das grandes sociedades anônimas como o desenho predominante de propriedade e de controle. Nesse momento, não eram mais os burgueses e suas famílias dispostos a defenderem suas empresas a todo custo, como dramaticamente descrito por Schumpeter (1961), nem suas ramificações de fornecedores e clientes espalhados por várias partes do mundo que necessitavam da proteção do estado inglês. Eram estruturas organizacionais verticalizadas e rigidamente burocratizadas a produzirem fracionada ou integralmente produtos nos mesmos lugares de seu consumo, portanto com produção disseminada por grande parte do mundo. Essas organizações reproduzidas literalmente nos moldes de suas matrizes necessitavam de proteção ainda mais inclusiva que aqueles escritórios de negócios ou representações comerciais ingleses típicos do século XIX. Entretanto, ao mesmo tempo em que necessitavam de mais proteção, por encontrarem-se muito mais expostos que os modelos empresariais precedentes (holandês e inglês) – por estarem fisicamente localizadas nos territórios de vários estados nacionais – essa mesma modalidade de empresa multinacional buscava atuar de modo bem mais independente de seu estado protetor. O intuito dessa reação à necessidade de mais proteção era o de minimizar custos de taxaçaõ provenientes de todas as entidades estatais em que operavam. A construção de paraísos fiscais seria um desdobramento natural dessa direção autonomista almejada por essas organizações.

Do que foi dito, fica demonstrado que o alcance interpretativo dos c.s.a. apresenta notável avanço, quando comparado com outros modelos de ciclos econômicos. Primeiro, porque seus traços constitutivos incluem componentes que ultrapassam os limites mais restritos da análise econômica típica dos estudos de ciclos, abrindo oportunidades para que sejam também utilizados em estudos de organização empresarial, de movimentos sociais e de análise de mudança política. Em segundo lugar, porque deixa em aberto a possibilidade de considerar a composição de um novo c.s.a. (ou mais de um) que venha(m) substituir o atual ciclo norte-americano, reconhecido como em franco declínio. Tal reconhecimento significa admitir que o capitalismo não passa atualmente por sua crise terminal, como antecipado, por exemplo, por Wallerstein. A seção seguinte apresentará mais detalhes a esse respeito.

IV

Como esta parte é fundamental para demonstrar o potencial analítico dos c.s.a., especialmente quando utilizados como fundamento estrutural de análises do presente e do futuro, realçaremos a posição de Arrighi, contrastando-a àquelas desenvolvidas por Wallerstein, o principal formulador da perspectiva do sistema-mundo. Nesse caso, o núcleo do problema a ser tratado encontra-se condensado na forma como cada autor utiliza o conceito de crise. A esse respeito, é importante lembrar que a argumentação necessitará apresentar, ainda que de modo bastante breve, algum comentário sobre a noção de crise presente nos trabalhos de Wallerstein. A esse respeito, o trecho abaixo exemplifica, de modo inequívoco, o que precisa ser aqui ressaltado:

Utilizarei “crise” para indicar uma circunstância rara, circunstância na qual um sistema histórico evoluiu ao ponto em que os efeitos cumulativos de suas contradições internas tornam impossível para esse sistema “resolver” seus dilemas com “ajustes” em seus padrões institucionais correntes. *Crise é uma situação em que a dissolução de um sistema histórico existente é certa e que portanto apresenta aos que nele vivem uma escolha histórica real, qual novo sistema histórico construir ou criar.* (WALLERSTEIN, 1988, p. 581-582; tradução do autor; ênfases minhas)

Está evidente nessa citação que a ideia de crise refere-se apenas aos momentos de transição de um todo civilizacional para outro. Nesse caso, segundo o autor, o passado nos apresenta apenas uma crise, a da passagem do feudalismo ao capitalismo. Uma consequência dessa visão é seu peculiar entendimento dos períodos de expansão e de recessão que acometem periodicamente a economia-mundo capitalista, inclusive de suas tensões e conflitos, que seriam produto do caráter irreconciliável dos interesses presentes em dimensão sistêmica. Wallerstein entende esses movimentos como ritmos cíclicos da economia-mundo capitalista, denominados também de fases A, para os períodos de expansão, e B, para os de recessão. Esses ciclos são progressivamente agravados por tendências seculares (mecanização, contratualização, mercantilização, interdependência e polarização), que continuamente restringem a solidez das fases de expansão sistêmica. Esse processo composto de movimentos de expansão, recuo e novos avanços materiais finalmente alcança seu limite estrutural ou aquele estágio no qual os dilemas presentes não encontram mais possibilidade de solução. Temos

então o início da crise sistêmica, a crise final daquele sistema civilizacional, única, agônica, irregular embora progressivamente superposta – crise econômica; política; de hegemonia; crise militar; crise da ciência; dos movimentos sociais – sobredeterminando-se e se tornando mais e mais complexa em cada período dessa longa decadência em direção ao desaparecimento.

O complemento desse entendimento único para a noção de crise é que o capitalismo não é aqui entendido como um modo civilizacional em permanente crise ou, em outras palavras, que as crises não são endêmicas do sistema-mundo do capitalismo. O que é endêmico é o conflito. E conflito e crise são coisas completamente diferentes, especialmente por suas consequências ideológicas, porque entender conflito como crise remete-nos ao mito político da harmonia e da paz social, argumento impensável no quadro de referências da perspectiva do sistema-mundo. Portanto, na visão de Wallerstein, crise deve ser entendida como o período em que o sistema não pode reproduzir sua estrutura básica, especialmente porque seus dois componentes fundamentais de superação, a proletarianização e a expansão geográfica acham-se incapazes de fornecer novos suportes para futuros avanços. No que diz respeito ao primeiro componente, não há mais contingentes humanos significativos para serem trazidos ao campo gravitacional da exploração capitalista mundial. Complementarmente, a incorporação de novas áreas à economia-mundo há tempo atingiu seu limite de expansão. Isso quer dizer que não existem novos contingentes populacionais, espaços ambientais e riquezas naturais para serem incluídos à exploração capitalista em extensão e densidade suficientes para expressivos revigoramentos sistêmicos.

Nesse caso, estamos diante de uma situação inusitada, qual seja, o reconhecimento de que uma situação sistêmica atingiu um grau que não consegue mais reproduzir seus traços elementares fundamentais. Isso traz inevitavelmente a necessidade de se buscar vislumbrar o ponto de partida de uma fase de transição. Com tal propósito, além de avisar que não se deve confundir recessão com crise, o autor nos adverte contra a ilusão que surtos de crescimento podem provocar, quando antecipa que “(...) sem dúvida haverá um movimento cíclico ascendente por volta de 1990. Mesmo assim, a crise não será menos real” (WALLERSTEIN, 1982, p. 53; tradução do autor). Wallerstein insiste em alertar os atores dos movimentos antissistêmicos que só podemos ter uma única certeza além da que antecipa a crise final do capitalismo: o da incerteza a respeito do que nos reserva o futuro ou, mais precisamente, do que

virá a substituir esse modelo civilizacional atualmente em desestruturação. Com isso, Wallerstein nos remete a um cenário nebuloso não sem antes oferecer algumas lembranças e outras recomendações. No primeiro caso, lembra que a incerteza a respeito do futuro abre o leque de possibilidades da ação política e da imaginação criadora dos agentes dos movimentos antissistêmicos. Isso significa, de um lado, que está aberto o campo da inovação sem grandes restrições vindas do passado em vista da abertura de possibilidades que se descortinam, inclusive no presente. A esse respeito, deve ser lembrado que a atual fragilização das estruturas de hegemonia no sistema interestatal é um bom exemplo das opções que se abrem nesses momentos de vácuo organizativo e de poder. Além disso, lembra que já foi ultrapassado o estágio em que a luta política se dava entre aqueles que desejavam destruir o sistema e os que o defendiam. Agora, a luta se dirige para o que se pretende construir como substituto do presente sistema (WALLERSTEIN, 1982, p. 50). Nesse caso, os movimentos devem ter a clara perspectiva de que se avançou para uma nova trincheira. Não se trata mais de saber se o capitalismo pode ou não ser superado, mas de procurar construir o que virá depois dele. Esse é o contexto de diversidade de possibilidades que se abre aos movimentos antissistêmicos.

Por sua vez, as recomendações ressaltam dois pontos interligados. O primeiro, busca preparar os movimentos sociais para o processo incomodamente lento que caracterizará a transição para o que virá a substituir o sistema-mundo do capitalismo. Aqui, a lembrança da cronologia apontada pelo autor sobre a crise do feudalismo e de sua transição para o capitalismo fornece pistas a esse respeito.³ Segundo Wallerstein, o intervalo temporal da crise feudal cobriu desde meados do século XIV até, *grosso modo*, o início do século XVI. Significa dizer que a transição para o capitalismo durou em torno de duzentos anos. É improvável que a presente transição tenha semelhante duração. Em mais de uma oportunidade, o autor afirmou que o limite temporal do sistema-mundo do capitalismo não ultrapassaria a metade do presente século.⁴ De qualquer modo, não há o que comentar sobre o intervalo entre o fim de uma época e o início de outra no presente estágio do conhecimento a respeito de transições sistêmicas.

³ Para maiores informações, ver o primeiro capítulo de Wallerstein (1974).

⁴ Entre as muitas referências que fez a respeito do tema é suficiente citar a que segue por ser bastante recente: "(...) a crise estrutural do capitalismo como sistema-mundo, que enfrenta, em minha opinião, sua extinção certa nos próximos 20 ou 40 anos" (WALLERSTEIN, 2009, p. 2; tradução do autor).

O segundo aspecto ressaltado dirige-se aos movimentos antissistêmicos e tem clara conotação tática. Aconselha que, em vista da longevidade da crise, deve-se reorganizar a elaboração de referenciais teóricos com perspectivas de mais longo prazo e que, desse modo, deve-se avaliar com sobriedade os primeiros desdobramentos desse processo inevitável. É nesse momento do texto que Wallerstein alerta para não se confundir recessão com crise, como já comentado, como que alertando aos movimentos que o desdobramento do processo de desorganização sistêmica não deve ser confundido com ritmos cíclicos regularmente recorrentes.

Deve ser ainda lembrado o modo como Wallerstein detalha a ideia de crise. Refere-se a elas associando aspectos estruturais e conjunturais no seu desenvolvimento. A esse respeito, revisitar a interpretação que elaborou para a crise do feudalismo se justifica especialmente pela maneira como essa conexão tão especial de estrutura e conjuntura foi organizada. A enumeração dos determinantes mais importantes e sua articulação em um todo de crise crescente está detalhada no primeiro capítulo de *The modern world-system*. Para o presente estudo, é suficiente reproduzir o desfecho de sua versão apresentado logo depois de haver apontado a existência de três principais explicações para a crise do mundo feudal.⁵ Após ressalvas a cada uma das explicações, ele apresenta uma quarta versão na qual buscou aglutinar alguns aspectos fundamentais das interpretações questionadas, cujo resultado foi resumidamente apresentado do modo que segue: “Acredito ser mais plausível partir do pressuposto que a “crise do feudalismo” representou uma conjuntura de tendências seculares, uma crise cíclica imediata e um declínio climatológico” (WALLERSTEIN, 1974, p. 37; tradução do autor).

Dois aspectos chamam a atenção nessa curta frase. O primeiro é que a dimensão do tempo conjuntural apresentada pode ser suficientemente longa

⁵ “Existem três interpretações principais da crise. Uma é que foi essencialmente o produto de uma tendência econômica cíclica. Considerando a base tecnológica existente, um ponto ótimo de expansão foi alcançado, seguindo-se uma contração. A segunda é que foi essencialmente produto de uma tendência secular. Após mil anos de apropriação de excedente sob o modo feudal, um ponto de retorno decrescente foi alcançado. Enquanto a produtividade permanecia estável (ou mesmo possivelmente declinava devido à exaustão do solo) dada a ausência de motivação estruturada para avanços tecnológicos, o peso carregado pelos produtores de excedente vinha sendo expandido constantemente por causa do tamanho crescente e do nível de gastos das classes dirigentes. Não havia mais o que ser extraído. A terceira explicação é climatológica. A mudança nas condições meteorológicas era tal que diminuiu a produtividade do solo e aumentou simultaneamente as epidemias.” (WALLERSTEIN, 1974, p. 37; tradução do autor).

para abranger boa parte dessa longa transição. O segundo é a importância atribuída ao “declínio climático” já presente naquele tempo de tormentas. Nesse caso, em vista da presença dos dramáticos problemas ambientais que atuam como fatores agravantes da crise atual do sistema-mundo do capitalismo, essa recorrência levanta uma questão interessante, qual seja: a de associar a desorganização ambiental à desorganização civilizacional ou de incorporar crise ambiental como parte das crises sistêmicas.

O estatuto teórico e político que Arrighi apresenta a respeito da noção de crise e de sua importância no contexto de seu referencial interpretativo difere radicalmente daquele apresentado por Wallerstein. Em *A crisis of hegemony* (1982) inicia o texto como segue:

Minha definição da crise atual difere da apresentada por Wallerstein (...). Tomarei como dado que estamos vivendo um período de transição de uma economia-mundo capitalista para uma nova ordem (...). Tomando essa *longa crise* como dada, entretanto, não excluo a possibilidade de *crises menores* (dentro da longa crise), definida como períodos de “mudança descontínua”. Pelo contrário, inclino-me a pensar que uma crise de transição pode ser reconhecida apenas quando tais períodos se tornam mais longos ou mais frequentes (...). “Mudança descontínua” não é um simples recuo na taxa de crescimento da produção mundial sob certos arranjos institucionais. Mais apropriadamente é um período em que os próprios arranjos institucionais são transformados ou destruídos e novos arranjos são criados. (ARRIGHI, 1982, p. 55; tradução e ênfases do autor)

Três afirmações dessa citação merecem destaque para os propósitos desta seção. A primeira reconhecia que a economia-mundo capitalista passava, no início dos anos 1980, por uma crise de transição para uma nova ordem. A segunda insistia que uma transição dessa magnitude, aqui chamada de “crise de transição”, só podia ser reconhecida pelo crescimento da frequência e/ou duração dessas “mudanças descontínuas”. Por fim, advertia que simples declínios das taxas de crescimento não podiam ser tratados como mudanças descontínuas, pois estas traziam consigo importantes mudanças institucionais. Entretanto, o que é relevante aqui é o que o autor pretendia ressaltar com cada um desses componentes de sua concepção de crise. A esse respeito, cremos ser necessário mais uma vez apresentar, mesmo que brevemente, os traços mais importantes da ideia de crise presentes nesse artigo de referência.

O texto em questão não apresenta argumentação elaborada para o detalhamento histórico e teórico dessas conceituações de crise longa contendo crises curtas.⁶ O que de fato existe é um detalhamento de cunho mais empírico/descritivo a fundamentar as diferenças entre a crise de transição (longa) e as de descontinuidade (curtas). Seguindo nessa direção, depois de afirmar que os trinta anos entre o início da Primeira Guerra Mundial (1914) e o final da Segunda (1945) presenciaram um período típico do que foi denominado de mudança descontínua, Arrighi descreve com detalhe quatro importantes descontinuidades como exemplos do período de crise iniciado em 1968. São elas: 1) a crise financeira, 2) a crise militar; 3) a crise de energia e a 4) crise dos mecanismos de mercado (ARRIGHI, 1982, p. 60-66).

No entanto, reconhecia que os fundamentos da hegemonia americana não haviam sido destruídos, mesmo considerando o efeito dessas crises – os sintomas de anarquia no capitalismo mundial – e de seu agravamento provocado pela guinada dos EUA na direção de políticas mais nacionais ao invés das soluções mais sistêmicas. O reconhecimento de que os fundamentos da hegemonia americana, a *unidade do mercado mundial* e a *expansão do capital transnacional* continuavam em operação, embora abalados, confirmava aquele período como de crises, sem dúvida, mas que ainda não haviam se transformado em uma crise sistêmica. Para que se pudessem identificar as crises já enunciadas como prenunciadoras de crise sistêmica, outros indicadores da inviabilidade de recomposição da estrutura de poder “imperial” precisavam ser identificados. No entanto, esses indicadores apresentavam-se mais como desdobramentos daquele quadro de crises do que propriamente de geradores de novas crises. Eram mais complicadores de cenários prospectivos do que portadores certos de inviabilidade sistêmica.

Não por outro motivo, seus resultados foram apresentados como “insubordinações” (*unruliness*), querendo com isso dizer que possibilidades de realinhamentos não estavam de todo afastadas. Três eram as insubordinações que comprometiam o exercício das funções de hegemonia americana e que poderiam inviabilizá-la no futuro. Sem ordem de importância elas foram identificadas como sendo: *a insubordinação da periferia, do capital e do trabalho*. É digno de nota que em cada caso o comportamento dos principais agentes em questão – governos da periferia, capitalistas e trabalhadores – tendeu a

⁶ Os argumentos a seguir estão fundamentados em Arrighi (1982).

ser marcado por atitudes francamente destoantes daquelas habitualmente esperadas. No primeiro caso, diante do predomínio dos determinantes do mercado em substituição à “gestão” americana, os países da periferia tendiam a reagir com atitudes de confrontação frente a outros estados ao invés de buscarem organizar/reorganizar suas políticas econômicas. O capital, por sua vez, não se comportava seguindo as “leis do mercado”, demonstrando surpreendente insensibilidade aos seus estímulos quando, mesmo com demanda declinante, os preços teimavam em aumentar, o que gerou o até então desconhecido fenômeno da estagflação. Quanto à ação/reação dos trabalhadores, observava-se um movimento interessante de refluxo das lutas não institucionais, da autonomia diante dos sindicatos, retorno que indicava uma atitude defensiva em busca da “proteção” sindical frente ao desemprego e às ameaças aos salários que até então haviam sido bem defendidos pela autonomia (ARRIGHI, 1982, p. 68-69). A citação a seguir sublinha o surpreendente distanciamento de ambos, capital e trabalho, das forças de mercado:

Assim como a estagnação e a depressão não parecem ser mais capazes de forçarem as corporações a competir a partir de preços, do mesmo modo o desemprego não parece mais capaz de forçar os trabalhadores à competição salarial. Em ambos os casos, as forças efetivas do mercado, com seus alegados poderes disciplinadores, chamam a atenção por sua ausência. (ARRIGHI, 1982, p. 70; tradução do autor)

O inesperado comportamento desses atores tão importantes para a política e a economia mundiais indicava que o cenário futuro mais provável era de consolidação de posições ao invés de ousadias antissistêmicas. É possível que a justeza desse diagnóstico esteja por trás de uma nítida mudança de objetivos que redirecionou a atenção do autor para buscar identificar e detalhar aquelas crises que prenunciam mudanças significativas na história do capitalismo, ao invés de procurar identificar sinais da crise final do sistema. Em outras palavras, a questão agora passava a ser sob qual conjunto de determinações as crises prenunciam discontinuidades e quais seriam as consequências dessas rupturas no âmbito do capitalismo mundial. O final do sistema não era mais o alvo de suas preocupações antecipatórias.

A rigor, esse novo intento trouxe algumas novidades de interpretação. A nova abordagem apresentava um detalhamento mais minucioso das fases

dos ciclos com especial atenção aos determinantes das fases de expansão financeira e crises financeiras, os reais sinalizadores de que mudanças cíclicas se aproximavam. Além disso, o desenho do novo modelo interpretativo vinculava crise econômica e política ao associar crise financeira com crise de hegemonia. Por fim, ao deixar de procurar os sinais da crise final do capitalismo, Arrighi alterou o sentido da expressão *crise terminal*, que passou a significar a transição de um c.s.a. para outro, em vez de simplesmente indicar o fim de um modo de acumulação.

Essa composição dialética do conjunto crise sinalizadora e terminal, que indica o fim de um ciclo ao mesmo tempo em que prenuncia o futuro, pode ser demonstrada na citação que segue:

[C]hamaremos o início de cada expansão financeira...de “crise sinalizadora” do regime de acumulação dominante. É nesse momento que o agente principal dos processos sistêmicos de acumulação começa a deslocar seu capital do comércio e da produção, em quantidades crescentes, para a intermediação e a especulação financeiras. Essa passagem é expressão de uma “crise”, no sentido de que marca um “ponto decisivo”, um momento crucial de decisão (...). Essa crise é o sinal de uma crise sistêmica subjacente mais profunda que, no entanto, a passagem para as altas finanças previne temporariamente (...). [N]o entanto, por mais maravilhoso que esse momento possa ser para os que mais se beneficiam do fim da expansão material da economia mundial, ele nunca representou uma solução duradoura para a crise sistêmica subjacente (...). Chamamos o evento ou série de eventos que levam a essa superação final de “crise terminal” do regime de acumulação dominante, e consideramos que ela assinala o fim do século longo que abrangeu a ascensão, plena expansão e queda desse regime (ARRIGHI, 1996, p. 220).

O lado político dessa nova abordagem dos ciclos de acumulação foi também apresentado como composto por duas partes: crise e colapso hegemônicos. Semelhante ao tratamento dado à contraparte econômica, neste caso o intuito também foi o de trazer mais detalhamento para cada uma dessas fases em que se fracionou a passagem de uma hegemonia a outra. Se “as expansões sistêmicas estão alicerçadas em uma estrutura hegemônica particular que elas tendem a enfraquecer” (ARRIGHI e SILVER, 1999, p. 30; tradução do autor), as crises hegemônicas, por sua vez, emergem como resultado de uma

(R)eorganização sistêmica (que) promove a expansão ao suprir o sistema com uma mais ampla ou mais profunda divisão do trabalho e especialização de funções. A emulação fornece aos estados individuais o vigor motivacional necessário para mobilizar energia e recursos para a expansão (ARRIGHI e SILVER, 1999, p. 30; tradução do autor).

Em linhas gerais, as crises hegemônicas são descritas como capazes de estimular o agravamento das seguintes tensões: a) a intensificação da concorrência interempresarial e interestatal; b) uma escalada dos conflitos sociais e c) a emergência intersticial de nova configuração de poder (ARRIGHI e SILVER, 1999, p. 30). A escalada das tensões e conflitos resultantes desse contexto de afrouxamento da ordem hegemônica existente significa que o processo de transição hegemônica entrou em sua fase terminal. Essa fase de colapso hegemônico também apresenta simultaneamente dois processos interligados: o caos sistêmico e seu oposto, o processo de centralização de novas capacidades sistêmicas que significa a acumulação de potencialidades para o desenvolvimento de um novo ciclo de hegemonia. Arrighi descreve sucintamente o processo de caos sistêmico tal como transcrito a seguir:

Por caos sistêmico entendemos uma situação de severa e aparentemente irremediável desorganização sistêmica. Ao mesmo tempo em que a competição e os conflitos intensificam-se além da capacidade regulatória das estruturas existentes, novas estruturas emergem intersticialmente enquanto desestabilizam a configuração de poder dominante. A desordem tende a tornar-se autorreforçadora, ameaçando provocar ou realmente provocando um completo colapso na organização do sistema. (ARRIGHI e SILVER, 1999, p. 33; tradução do autor)

Quanto ao movimento de concentração de capacidades que vão sedimentar o desenvolvimento de um novo projeto hegemônico, este, de fato, teve sua origem ainda durante a fase final da hegemonia anterior, na época da crise hegemônica ou sinalizadora. As condições para que uma dada organização estatal juntamente com seus grupos dominantes possam se apresentar como portadores de um novo projeto para substituir o que está sendo destruído foram apresentadas como segue:

Em termos gerais, reivindicações para representar o interesse sistêmico assim definido podem se tornar confiáveis e conseqüentemente incrementar o poder de um estado

hegemônico potencial sob duas condições. Primeiro, os grupos dominantes desse estado precisam ter desenvolvido a capacidade de liderar o sistema na direção de novas formas de cooperação interestatal e de divisão do trabalho que permitam às unidades do sistema quebrar (...) “a tirania das pequenas decisões” – isto é, superar a tendência dos estados de perseguirem seus interesses nacionais sem considerarem os problemas sistêmicos que requerem soluções sistêmicas (...). E segundo, as soluções sistêmicas oferecidas pelo pretendente à hegemonia precisam dirigir-se aos problemas sistêmicos que se tornaram agudos a ponto de criarem entre os grupos sistêmicos dominantes ou emergentes um sentimento profundo e geral de “necessidade” de governança sistêmica. (ARRIGHI e SILVER, 1999, p. 28; tradução do autor)

Resta, por fim, observar que essa reconceituação mais pormenorizada do esquema geral dos ciclos e das crises representou um passo adiante quando comparada à concepção anterior, mais geral e, especialmente, menos conectada estruturalmente a um referencial teórico. Isso porque, diferentemente do que acontecia com a noção de descontinuidade, que podia ser entendida como produto de conjunturas particulares, sem correspondências estruturais e sem vínculos com uma “teoria” das crises, o novo desenho apresentado não pode ser assim entendido. Pelo contrário, as expansões financeiras ou as crises sinalizadoras são apresentadas como partes de uma estrutura muito particular e recorrente na história do capitalismo que ocorrem em momentos muito precisos e que trazem consequências muito peculiares. Além disso, são portadoras de extraordinária novidade cognitiva porque prenunciam o que comumente é o oposto do sentido convencional de crise. São as *belles époques*, a florescência dos lucros acompanhada de crescente demanda por capital móvel, o “sinal de outono” de Braudel. Esses avanços conceituais permitem identificar os limites de expansão dos ciclos de acumulação, o que inegavelmente acrescenta muito mais densidade ao quadro de referência teórico/conceitual da noção de crise.

No seu estudo de caso mais conhecido, *Adam Smith em Pequim* (2007), ao tratar dos possíveis desdobramentos da crise financeira atual e da desorganização da hegemonia americana, Arrighi apresenta o que poderá ser o próximo c.s.a., agora pela primeira vez centrado no Oriente, mais precisamente na China. Argumenta que, longe de ser apenas uma mudança geográfica de nucleação hegemônica, existem inúmeras razões históricas, políticas e econômicas para esperar que um eventual ciclo chinês possa trazer consigo o início de uma época de mais igualdade e fraternidade que

as hegemonias precedentes jamais pretenderam oferecer. A esse respeito, o final de *O longo século XX* nos apresenta antecipações interessantes para esse possível desdobramento entre outras opções disponíveis:⁷

[T]alvez a velha guarda não consiga deter o curso da história capitalista, tornando possível que o capital do leste asiático venha a ocupar uma posição de mando nos processos sistêmicos de acumulação de capital. Neste caso, a história capitalista prosseguiria, mas em condições que se afastam radicalmente das que conhecemos desde a formação do moderno sistema interestatal. Faltaria à nova guarda no alto comando da economia mundial capitalista a capacidade de gestão do Estado e da guerra que, historicamente, tem-se associado à reprodução ampliada de uma camada capitalista sobre a camada de mercado da economia mundial. Se Adam Smith e Fernand Braudel estavam certos em suas afirmações de que o capitalismo não sobreviveria a essa dissociação, a história capitalista não seria *levada ao fim* pelos atos conscientes de um determinado agente...mas *chegaria ao fim* em virtude das conseqüências inintencionais dos processos de formação do mercado mundial. O capitalismo (“o antimercado”) pereceria junto com o poder estatal que fez sua fortuna na era moderna, e a camada subjacente da economia de mercado voltaria a uma espécie de ordem anárquica. (ARRIGHI, 1996, p. 370-371; ênfases no original)

Deixando de lado a possível realização de um ciclo oriental, o importante nesse momento é a observação de como a visão “arrighiana” de crise abre possibilidades de desenvolvimento de novos ciclos expansivos na economia-mundo. Por apresentarem semelhanças de cronologia (nova hegemonia, expansão material, pressão competitiva, expansão financeira, crise financeira, crise hegemônica, colapso hegemônico e nova hegemonia), porém com diferenças significativas, com padrão de evolução particularizado em cada ciclo (cada hegemonia com mais densidade organizacional e mais volume que a precedente) (ARRIGHI e SILVER, 1999, p. 34), esse modelo de análise faz convergir e aprofundar o campo da investigação das ciências históricas. Isso porque permite ao investigador associar o(s) limite(s) temporal(is) de sua(s) análise(s) aos momentos ou fases de um c.s.a. ao mesmo tempo em que possibilita identificar as peculiaridades e desdobramentos “daquela fase

⁷ O primeiro desfecho apresentado seria a retenção do controle sistêmico por parte dos antigos centros de poder, que conseguiriam “deter o curso da história capitalista... com uma troca de guarda no alto comando da economia mundial capitalista”. Um desdobramento dessa opção consideraria essa mesma *velha guarda* capitalista encerrar, pela astúcia ou pela força, “a história capitalista mediante a formação de um império mundial realmente global” (ARRIGHI, 1996, p. 370).

ou momento” quando comparada com as equivalentes dos ciclos precedentes. Esse duplo e simultâneo tratamento associa a investigação às dimensões estruturais da economia mundial – os ciclos sistêmicos de acumulação e suas partes componentes – enquanto põe à prova a consistência interna e validade interpretativa da abordagem. Em que pese a importância das dimensões estruturais econômicas na fundamentação dessa perspectiva, não é demais lembrar que os c.s.a. não guardam vínculos de origem nem de encadeamento com os ciclos precedentes, como pôde ser demonstrado com a citação de Pirenne. Essa unidade na diversidade demonstra que o autor não reconhece heranças “genéticas” no desenvolvimento do capitalismo. Assim, esses momentos de crise trazem muita incerteza, mesmo com as clareiras abertas pela identificação de alguns padrões subjacentes nas transições de hegemonias passadas porque a nova ordem que emerge não deriva da que refluí, embora esteja virtualmente presente nela desde algum tempo (ARRIGHI e SILVER, 1999, p. 21-22). Sua busca é, portanto, a de tentar reduzir o grau de incerteza presente em momentos que prenunciam ou acompanham crises sistêmicas como a que presenciamos atualmente, objetivo que pode ser alcançado a partir do repetido sequenciamento desde a expansão produtiva ao caos sistêmico para se recomeçar em novas bases, e assim por diante.

A esse respeito, a visão “wallersteiniana” apresenta orientação bastante diversa, fundamentalmente determinada por sua visão de crise. Isso se dá porque os componentes que impulsionam o dinamismo do sistema-mundo capitalista tenderão a operar de forma cada vez mais irregular ao encontrar seu limite de desenvolvimento.⁸ Isso porque, ao se aproximar de uma posição assintótica, todas as partes componentes do sistema compartilharão tendencialmente dos mesmos efeitos e limitações, o significa que aqueles fatores de crescimento e de oscilação progressivamente passarão a operar de forma cada vez mais irregular e distante daqueles determinantes que, no passado, faziam-nos avançar, estagnar, emergir ou desaparecer. Segue daí que, em uma dimensão analítica, deve-se esperar que esses referenciais estruturais que sustentavam interpretações prospectivas naquelas bases vão

⁸ Os movimentos dinamizadores do sistema-mundo capitalista de acordo com a perspectiva de Wallerstein são impulsionados por encadeamentos de ritmos cíclicos (fases de expansão e retração econômica e fases de hegemonia e de rivalidades no sistema interestatal) e de tendências seculares (mecanização, contratualização, mercantilização, interdependência e polarização) que geram oscilações de expansão e retração, de estabilidade e instabilidade e de continuidade e de descontinuidade sistêmicas. A esse respeito ver: Hopkins, Wallerstein *et al.* (1979, p. 483-500).

se desconstruindo, tornando-se cada vez menos previsíveis, mais espasmódicos, em crescente processo de fibrilação.

Nesse caso, mesmo considerando que as análises de conjunturas sejam metodologicamente indeterminadas, com variadas dimensões temporais, cujos objetos apresentam dinâmicas restritas e não reprodutíveis e, portanto, mais abertos a associações e interpretações inovadoras e menos atados aos rigores da teoria e do método, não obstante toda essa margem de autonomia interpretativa, elas continuam ocorrendo em contextos espacial e temporalmente relacionais, embora analiticamente de tempo mais curto.⁹ Isso significa que, mesmo advertindo que a crise será de longuíssima duração, como de fato Wallerstein faz – implícito aí que os referenciais estruturais convencionais de sua perspectiva ainda possam ter validade por muito tempo –, essa orientação apocalíptica fragiliza analiticamente a solidez desses componentes estruturais. Isso porque, ao assinalar os limites de sobrevivência sistêmica em não mais que 50 anos, não se pode mais recorrer aos referenciais teóricos e analíticos consolidados pelos acertos feitos no passado e projetados como possibilidades para o futuro. A decomposição estrutural típica de uma transição dessa magnitude retira a solidez teórico-metodológica das análises prospectivas porque estas, em grande medida, se baseiam no conhecimento que se tem do passado. Segue que, em vista dessa limitação, com o desfecho inevitável da transição estreitando continuamente a margem de previsão possível e com o conseqüente crescimento da incerteza a respeito do futuro, o que pode restar de fundamento preditivo ao analista? A resposta a essa pergunta aponta para as referências às práticas políticas mais imediatas, às perspectivas de mundo mais recentes, aos valores mais tópicos e atuais. Isso torna progressivamente pouco expressivos os exemplos passados de sucessos e de fracassos identificáveis como fontes de inspiração/indicação para as ações do presente. Desse modo, as interpretações gradualmente vão deixando para trás o campo da reflexão acadêmico-científica das Ciências Históricas baseadas nos progressos alcançados até então. Por essa razão, as análises de conjuntura que porventura orientarem suas interpretações a partir dessa perspectiva analítica tenderão a um maior comprometimento político já que o que resta nesse momento de crise sistêmica final é a luta política. Em outras palavras, menos antecipação e mais participação. Essa constatação

⁹ Para maiores detalhes a respeito da noção de conjuntura e da importância do tema no âmbito da perspectiva do sistema-mundo, ver: Brussi (2007, p. 86-100).

permite identificar a contribuição de Wallerstein para os estudos do tempo presente e dos estudos do futuro como mais fortemente comprometida com a dimensão política dessas conjunturas, com a ação dos atores, dos grupos e dos movimentos antissistêmicos e de seus inimigos. Talvez esse possa ser um dos motivos para uma proposta sua mais recente de “impensar” as Ciências Sociais.¹⁰

Resta lembrar que o fato de um esquema de interpretação parecer mais estruturalmente fundamentado em aspectos econômicos e abrir maiores possibilidades para abordagens de cunho estrutural – a continuidade da eclosão de novos ciclos de acumulação – e, por esse motivo, oferecer mais solidez analítica aos estudos de conjunturas não significa que a outra posição deva ser desconsiderada. A esse respeito, é importante ter em mente que o mesmo componente de indeterminação presente na delimitação e análise das ciências históricas age aqui como atenuador desse ambiente teoricamente menos previsível que a posição de Wallerstein aparentemente oferece. Acrescente-se aqui sua mais que oportuna recomendação para se buscar novos fundamentos para a Ciência Social, reconhecidamente em momento de profunda crise. Afinal de contas, apontar possíveis direções aos movimentos, municiá-los com instrumentos de análise os mais sólidos para que se previnam contra armadilhas e cantos de sereias nos longos embates que esses autores inequivocamente antecipam constituem as razões de ser para a atividade intelectual desses dois coconspiradores, como carinhosamente Arrighi certa vez se referiu a outro parceiro. Nesse sentido, seus esforços convergem para mais de um objetivo. E, sendo assim, se completam.

Conclusão

Como [mostram] nossa narrativa das transições hegemônicas passadas, a reprodução desse padrão através dos séculos tem sido tanto um tema de contingência histórica como uma necessidade sistêmica. Além disso, a evolução mesma do sistema tem feito a reprodução do padrão mais problemática do que foi no passado. O propósito de estabelecer analogias entre transformações presentes e passadas, portanto, é também o de identificar diferenças nas circunstâncias históricas e sistêmicas que podem ser esperadas para fazer o resultado das transformações presentes divergir das transições hegemônicas do passado. Quanto mais sucesso obtivermos em especificar essas dife-

¹⁰ Refiro-me aqui ao estimulante livro de Wallerstein (2001).

renças menos indeterminadas serão nossas especulações a respeito do futuro. Mas, independentemente do sucesso que alcançarmos, algum grau de indeterminação permanecerá como característica destacada da mudança sistêmica, tanto as passadas como a presente (ARRIGHI e SILVER, 1999, p. 34-35)

Este estudo começou originalmente com dois objetivos interligados que era o de apresentar um esboço do esquema interpretativo desenvolvido por Giovanni Arrighi e o de demonstrar o potencial analítico desse modelo de análise. Como em boa parte dos empreendimentos humanos, entretanto, o resultado acabou por se tornar algo diferente da proposta inicialmente desenhada. Neste caso, afortunadamente esperamos, com um pouco mais do que a ideia original previa, ao invés de menos. Isso porque ao avançarmos no texto percebemos que ali também estava em construção, certamente de modo bastante provisório e incompleto, uma espécie de trajetória de desenvolvimento de parte do pensamento de Arrighi. Essa evolução pode ser especialmente percebida no tratamento de sua concepção de ciclos e crises, que parte da ideia de Kondratieffs e de mudança descontínua para chegar às crises financeiras e aos colapsos hegemônicos.

Os aspectos de seu referencial de análise que apresentam importante pertinência aos estudos do tempo presente podem ser agrupados em um eixo de interpretação bastante promissor. O primeiro é o que resulta do reconhecimento da extraordinária capacidade de adaptação demonstrada pela burguesia durante os vários ciclos de acumulação descritos com detalhe em mais de uma oportunidade em seu trabalho. Mais de uma vez o autor insiste nesse notável potencial organizativo das burguesias em busca de expansão acumulativa e de sobrevivência. O mais importante, no entanto, é a percepção de que as burguesias historicamente consideradas são pelo menos tantas quanto os ciclos de acumulação. Daí que, ao entendê-las como o núcleo fundamental dos blocos de poder dominantes, presentes ou pretéritos, ou ao interpretar as atitudes e comportamentos desses grupos, devemos sempre considerar o enorme potencial adaptativo dessa(s) classe(s). Isso significa reconhecer que áreas de incerteza manterão cinzento o horizonte das antecipações independentemente do quanto se possa extrair do passado. Desse modo, muitas opções deverão continuar abertas para a investigação social e para a ação cuidadosa dos movimentos sociais quanto aos desdobramentos do ciclo presente ou do que venha ocorrer no futuro.

Outro aspecto relevante relacionado à análise do tempo conjuntural, segundo esse desenho interpretativo, é a abertura para uma virtual ocorrência de pelo menos mais um ciclo sistêmico a suceder esse norte-americano em franco declínio. Aqui, o propósito de se investigar o passado é o de buscar padrões que, uma vez encontrados, permitirão avaliar o eventual distanciamento dos processos em curso no presente daqueles ocorridos anteriormente em situações semelhantes e, com isso, antecipar possíveis divergências que possam se desdobrar em novas direções no futuro. Vem daí a expectativa de investigações estruturalmente mais consistentes quando vinculadas a esse desenho analítico. Entretanto, não é apenas esse tratamento comparativo que está disponível ao investigador com essa abertura de possibilidades de interpretação do futuro. O que também se dispõe ao analista do presente ou ao intérprete do futuro como desdobramento dessa atitude mais prudente de não antecipar “prematuramente” o fim iminente do capitalismo enquanto sistema social mundial é mais do que um modelo que demonstra a existência hoje de uma crise de hegemonia. É também a sinalização que aponta para movimentos expansivos de conteúdos inovadores inimagináveis. E isso não é pouco, pois só será possível discernir quais as possíveis e prováveis direções – do capitalismo ou do que vier a sucedê-lo – se estiverem consistentemente demonstrados aos investigadores do social e aos movimentos quais os limites e opções que confrontam no presente. Nesse caso, pode não ser suficiente dizer que a transição será longa e difícil. É indispensável ter claro onde e como estamos agora...

Referências bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. 1978. “Towards a theory of capitalist crisis”. *New Left Review*, n. 111, p. 3-24.
- _____. 1982. “A crisis of hegemony”. In: AMIN, Samir; ARRIGHI, Giovanni; FRANK, Andre G. & WALLERSTEIN, Immanuel (eds.). *Dynamics of global crisis*. New York: Montly Review Press.
- _____. 1996. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: UNESP/Contraponto.
- _____. 1998. “Capitalism and the modern world-system: rethinking the nondebates of the 1970’s”. *Review*, v. XXI, n. 1, p. 113-129.
- _____. 2007. *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. New York/London: Verso.

- _____. & SILVER, Beverly. 1999. *Chaos and governance in the modern world system*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- BRAUDEL, Fernand. 1979. *The perspective of the world: civilization & capitalism*. New York: Harper & Row Publisher.
- BRUSSI, Antônio. 2007. "O tempo conjuntural e os estudos dos sistemas-mundo: algumas anotações metodológicas". *Textos de Economia: economia política dos sistemas-mundo*, v. 10, n. 2, CSE-UFSC, p. 86-100 (número especial).
- HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel *et al.* 1979. "Cyclical rhythms and secular trends of the capitalist world-economy: some premises, hypotheses, and questions". *Review*, v. II, n. 4, p. 483-500.
- KONDRATIEFF, Nicolai D. 1979. "The long waves in economic life". *Review*, v. II, n. 4, p. 519-562.
- SCHUMPETER, Joseph. A. 1961. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- _____. 1990 [1907]. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural.
- SILVER, Beverly & SLATER, Eric. 1999. "The social origins of world hegemonies". In: ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly. *Chaos and governance in the modern world system*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 1974. *The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press.
- _____. 1982. "Crisis as transition". In: AMIN, Samir; ARRIGHI, Giovanni; FRANK, Andre G. & WALLERSTEIN, Immanuel (eds.). *Dynamics of global crisis*. New York: Montly Review Press.
- _____. 1988. "Tipology of crises in the world-system". *Review*, vol. XI, p. 581-598.
- _____. 2001. *Unthinking social science: the limits of nineteenth century paradigms*. Philadelphia: Temple University Press.
- _____. 2009. "Enzeñanzas de Brasil". *La Jornada*, 15 de março, p. 2. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2009/03/15> (acessado em 18 de março de 2010).

Resumo

O artigo apresenta alguns aspectos relevantes da contribuição de Giovanni Arrighi para o estudo da política e da economia mundiais com um duplo propósito. Em primeiro lugar, demonstrar o potencial interpretativo de seu desenho analítico para investigações fundadas em recortes mundiais, sistêmicos ou a eles associados e, em segundo, apresentar a importância desse tipo de modelo quando aplicado aos estudos do tempo curto ou das conjunturas políticas e econômicas.

Palavras-chave: ciclos de acumulação; hegemônias mundiais; crises sistêmicas; conjunturas políticas e econômicas.

Abstract

This article discusses some relevant aspects of Giovanni Arrighi's contribution to the study of world politics and economy. Its objectives are double. First, it aims to demonstrate the explanatory potential of Arrighi's approach, especially when dealing with world systemic phenomena; and second, to show the importance of his model of analysis to subsidize studies on political and economic conjunctures.

Key words: cycles of accumulation; world hegemonies; systemic crises; economic and political conjunctures.

Recebido em junho de 2010.

Aprovado em outubro de 2010.

